

Cenas de xenofobia explícita

JORNAL DO BRASIL
Nôvaldo Araújo Teixeira

O anteprojeto constitucional contempla o setor mineral com poucos, mas fulminantes artigos que, em última análise, impedem a presença do investidor estrangeiro na fase de maior risco (prospecção e pesquisa), aumentam a insegurança do investidor privado nacional, favorecem indiscriminadamente a garimpagem e, como não poderia deixar de ser, aumentam o nível de estatização. Se o bom senso não prevalecer, pagaremos um preço altíssimo por esta insensatez ideológica. As consequências serão logo evidenciadas por uma vigorosa contenção de investimentos, desemprego, diminuição no fluxo de descoberta de jazimentos minerais, comprometimento de nossa balança comercial, etc.

O Brasil investe, em exploração mineral, recursos totalmente insuficientes para um país com suas gigantescas dimensões. No ano de 1986, gastaram-se no Brasil aproximadamente US\$ 75 milhões em prospecção mineral (etapa de maior risco), tendo as empresas internacionais participado com 55%, as estatais com 34% e o setor privado nacional com 11%. Se compararmos com o Canadá, veremos que nossa taxa de investimento para o próximo ano corresponde a 1/10 (um décimo) do que só o segmento privado por si aplicará naquele país. É bom lembrar que tal comparação só será razoavelmente válida se os mineradores atuantes no Brasil continuarem estimulados, o que será simplesmente impossível, caso permaneçam no anteprojeto a xenofobia explícita e a ignorância escancarada.

As nossas descobertas minerais nos últimos 20 anos, embora tenham aumentado brutalmente, foram simplesmente decepcionantes quando comparadas com as da Austrália, Canadá, África do Sul... A produção brasileira de ouro em 1986 caiu 19% em relação ao ano anterior. Em 1980, éramos o 4º lugar da produção mundial, em 1986, reuamos para 7º. Enquanto os países sérios optaram por uma política de investimentos empresariais em que a legislação favorece o investimento de risco, fizemos uma política de "terra sem lei" que, além dos prejuízos financeiros, tem ceifado vidas humanas vítimas de um banditismo impune. É bom lembrar que ainda somos dependentes de uma série de bens minerais e, se diminuirmos os investimentos, contribuiremos mais ainda para piorar nossa trágica situação econômica. A participação brasileira na produção mineral mundial corresponde a 1% e nossa dependência de importações é de 70%, portanto não estamos em posição que nos permita rejeitar o capital de risco internacional. Se assim o fizermos, estaremos dando um contundente exemplo de falta de inteligência.

As proposições do anteprojeto não decorreram de uma real e profunda reflexão da nossa realidade mineral, tampouco de uma avaliação crítica do setor que mais gastou (estatal) e como tal deveria prestar contas à sociedade brasileira. As discussões na subcomissão foram catalisadas por conotações ideológicas, interesses setoriais e mesmo eleitorais. Como resultado, colhemos propostas que, no mínimo, devem ser consideradas uma agressão ao bom senso, na medida em que estamos impedindo a aplicação de investimentos externos em atividade econômica campeã do risco (na Austrália, para US\$ 1 bilhão investidos chegou-se a 12 descobertas econômicas), a qual sofre vigorosa concorrência dos atraentes cassinos de Las Vegas.

Voltemos ao nosso mundo. As empresas de mineração estatais no Brasil convivem com dois dramáticos problemas: o elevadíssimo custo de suas administrações e a acentuada ingerência política nas decisões que deveriam ser unicamente técnicas. As absurdas taxas de administração decorrem da baixa produtividade e dos gastos com o inegável excesso de funcionários. Tais características são muito mais nocivas que a concor-

rência empresarial a qual os incompetentes tanto temem. Dando um chega-pra-lá nos investimentos privados, restará o Estado falido com a tarefa de achar os jazimentos de que necessitamos. Lamentavelmente, a julgar pelos resultados até agora alcançados, preparem-se para um longo jejum de descobertas, a não ser que forcemos horas extras na Casa da Moeda, e com as cédulas emitidas (sem lastro evidentemente) possamos fundar mais 10 companhias Vale do Rio Doce.

O conceito de soberania vendido por setores ideológicos defensores do isolacionismo econômico e da estatização é interessante. Achar que a nação deve trabalhar incansavelmente para sustentá-los, pactuando com a incompetência e a irresponsabilidade. Em relação ao setor mineral, tal discussão chega a beirar o ridículo. A noção de que este setor deve ser conduzido unicamente pelo Estado, por ser vinculado diretamente à soberania, não resiste à mais elementar argumentação: países como Japão, Itália e Alemanha Ocidental são inteiramente dependentes de recursos naturais e nem por isso sentem sua soberania ameaçada. Sejam honestos, o que nos coloca em posição subalterna são a incompetência, corrupção e ignorância.

Se pensam que o anteprojeto pune unicamente o investidor externo, estão enganados. Inviabilizaremos a mineração racional, favorecendo a picaretagem, a exploração pelos esper-tinhos de uma massa de desesperados esperançosos que, induzidos pelo imediatismo, semearão a lavra predatória e a garimpagem desenfreada por todo o país. Há um mês atrás, o JB publicou matéria de uma página, na qual era apresentado em destaque que a garimpagem tinha compreendido a verdadeira revolução mineral do Brasil. Confesso que fico sempre assustado com a palavra revolução. Afinal, não temos sido muito felizes quando estas aqui acontecem. Em relação à garimpagem, convém analisar os dados do DNPM, que, em relatório recente, mostra que em 9 anos o país perdeu US\$ 22,6 bilhões com a dita revolução garimpeira, e que, na verdade, esta corresponde a uma brutal exploração econômica, que, além dos significativos prejuízos financeiros, tem deixado trágicas consequências sociais e ecológicas.

Não estamos propondo colocar o Estado à margem do setor mineral. Ele tem duas tarefas básicas e que, lamentavelmente, por insuficiência de recursos e inércia administrativa, não vêm sendo adequadamente exercitadas. A elaboração da infra-estrutura geológica é função do Estado. Qualquer país, seja capitalista ou comunista, possui seu Serviço Geológico Nacional. No Brasil, tal atividade vem sendo desenvolvida por vários órgãos, que atuam desarticuladamente com a pulverização de recursos e tempo. Ao Estado também cabe zelar pelo cumprimento da Lei e acompanhar as atividades empresariais, para que estas atuem segundo os limites éticos e em consonância com as Leis vigentes.

O setor mineral deveria aproveitar o momento de liberdade de expressão que vivemos e mostrar à sociedade o balanço de suas atividades. As empresas estatais de mineração devem dizer quanto gastaram, há quanto tempo trabalham e quantos depósitos minerais viabilizaram. Aqueles que não concordam com a presença do capital internacional na prospecção e pesquisa deveriam fazê-lo em bases realistas. Fora disto, é retórica para iludir contribuinte otário, que, tendo seu salário cada vez mais mutilado pelo fisco, sustenta, com direito a mordomias e outras milongas mais, burocratas incompetentes, pensando estar salvando seu país das garras afiadas das multinacionais sanguinárias. Haja paciência!

Nôvaldo Araújo Teixeira, geólogo, mestre em Geologia Econômica e Prospecção Mineral pela UFRJ, foi presidente da SBG (Núcleo Centro-Oeste).

19 JAN 1988